timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 135 ABRIL 1997

GUERRA DE GUERRILHAS EM TIMOR LESTE

Mais que um instrumento militar, a guerrilha timorense permanece uma arma política de resistência fundamental

No balanço do ano de 1996, feito neste boletim há dois números, tecemos algumas considerações genéricas sobre a situação da guerrilha. Um conjunto vasto de material escrito - mais de duas dezenas de documentos - entretanto recebido do interior, de fontes diversas, permite precisar um pouco melhor essas formulações e provar inequivocamente que a Resistência armada sobrevive e mantêm uma vitalidade insuspeitada. Desse lote, destacam-se quatro relatórios específicos sobre o tema, originários dos comandos das Regiões Autónomas de guerrilha nºs. 1, 3 e 4, que correspondem à Ponta Leste (dois relatórios), Centro e Fronteira (um relatório, cada), datados respectivamente de Outubro/96, Fevereiro/97, Dezembro/96 e Janeiro/97.

UMA GUERRA DE BAIXA INTENSIDADE

Avaliando o nível de actividade militar em Timor Leste no período coberto, equivalente a cerca de um trimestre por cada Região Autónoma, pelo volume de baixas dos dois lados, parece confirmar-se a noção de persistência de uma guerra de baixa intensidade (forma como o conflito tem sido normalmente caracterizado, em termos militares). De facto, são apenas referenciadas cinco situações de confronto armado entre forças da ABRI (exército indonésio) e das Falintil: duas na zona ocidental/fronteira, em Outubro/96 e as restantes na ponta leste, em Janeiro/97 e Fevereiro/97. Destas cinco acções há a registar a captura de 3 guerrilheiros, 2 mortos e 3 feridos (que escaparam) e 6 mortos e 2 feridos, pela parte indonésia. Se os períodos em análise forem representativos, encontraremos valores na ordem das duas a quatro dezenas de baixas para cada contendor, para a totalidade do ano. Longe, portanto, duma situação de "pacificação" e de pleno controlo por parte do ocupante.

O enorme volume de efectivos indonésios deslocados em Timor Leste é revelador da fragilidade desse domínio. Pelo menos catorze batalhões, cerca de 10 mil homens, estavam na altura envolvidos em operações no teatro de guerra. A sua distribuição no terreno dá uma ideia das áreas de maior instabilidade militar: a ponta leste à cabeça, com oito batalhões (141, 245, 301, 323, 523, BTT 623, 745 e 750) e as zonas sul e ocidental com o mesmo quantitativo, três cada (respectivamente 320, 411 e 743 e 512, Linud 700 e 744). Apesar de se manter a preponderância bélica, já tradicional, da zona leste, é interessante notar como a presença activa da guerrilha em toda a extensão nacional obriga à fixação de significativas forças de ocupação noutras zonas, nomeadamente junto à fronteira ocidental. A estas há que adicionar as forças nativas (possivelmente alguns milhares mais, com um grau de prontidão operacional normalmente mais baixo), em quantitativos sempre crescentes, evidenciando a aposta indonésia na "timorização" da guerra.

O ALVO PRIVILEGIADO

A estratégia militar indonésia tem sido descrita, simplificadamente, como de contenção e contra-guerrilha limitada, assente em operações ofensivas de pequena escala. O grosso destas movimentações tem consistido sobretudo em operações de emboscada, batida, limpeza e busca, para o que recorrem frequentemente ao auxílio voluntário ou forçado de timorenses colaboracionistas ou de ex-guerrilheiros capturados. A maioria delas desenvolve-se nas periferias dos povoados, onde os guerrilheiros buscam apoio material ou informações. Nestas condições, qualquer camponês é um potencial combatente, logo um inimigo. Tão subversivo é o guerrilheiro armado, como quem o alberga. É pois comum que a violência se abata indistintamente sobre a população civil indefesa e que seja esta a suportar a factura mais pesada

neste número:

GUERRA DE GUERRILHAS

E.U.A.: OS OLHOS DO DEP. ESTADO

«LIBERTEM OS PRISIONEIROS»

da guerra. Um cálculo aproximado feito a partir dos documentos citados permite estabelecer que o número de aldeãos assassinados pelos indonésios na sequência de acções de retaliação é pelo menos cinco vezes superior ao número de guerrilheiros efectivamente mortos em combate.

O número de presos e desaparecidos nas aldeias e vilas é naturalmente bastante maior que o dos mortos. O mesmo tipo de estimativa (excluindo cidades) poderá situá-lo entre meio milhar e um milhar de vítimas, por ano. A maioria são camponeses, há bastantes mulheres (cerca de um quarto do total) e a idade média é relativamente elevada (superior a 30 anos). A envergadura dos fenómenos de colaboracionismo e infiltração, como suporte do esforço de guerra e da máquina repressiva e como factor de clivagem da sociedade timorense, atinge dimensões preocupantes: quase metade dos documentos referidos inclui listas de delatores e espiões, todos timorenses. De acordo com dados de um dos relatórios, só na região leste haveria 550 timorenses agentes da Intel, a polícia secreta indonésia. São recrutados entre o funcionalismo público, a polícia, os militares e respectivos familiares, a troco de recompensas monetárias e de benesses materiais (casas de chapa de zinco, carros, etc.) ou simplesmente pela ameaça.

Operações militares indonésias de grande envergadura continuam a realizar-se regularmente em Timor Leste e são a melhor prova da força da Resistência armada. Um dos relatórios citados descreve detalhadamente a ofensiva desencadeada sobre a faixa sul da Região Autónoma 1, entre meados de Janeiro e meados de Fevereiro deste ano. Durante aproximadamente um mês, cerca de 4 mil soldados indonésios estiveram envolvidos em acções conjuntas numa área muito restrita de Iliomar, com 20 ou 30 kms de extensão. Transportada em camião, a tropa vai sendo largada ao longo das estradas circundantes da zona e daí avançando em várias frentes, numa manobra de cerco. Fraccionados em frentes, vão convergindo para os prováveis locais de abrigo dos grupos de guerrilheiros, onde dão início a operações de limpeza e busca (foi no decurso dessas operações que se registaram alguns dos confrontos indicados acima). Terminada a batida, o grosso das forças desloca-se para outra zona, deixando no terreno pequenos grupos de contra-guerrilha, encarregues da realização de emboscadas.

Num contexto de esmagadora inferioridade numérica, a estratégia das Falintil dificilmente poderia deixar de ser essencialmente defensiva. Todos os cinco confrontos referidos deram-se por iniciativa das forças indonésias, as baixas infligidas ao inimigo resultaram de contra-ataques. Com base na pequena amostra disponível, parece poder afirmar-se que a eficácia de combate da guerrilha é superior à do exército indonésio (o número de mortos e feridos infligido é duplo do sofrido). O factor limitativo continua a ser a quantidade de armamento e de munições disponível, mais do que os homens, como ressalta do relevo dado nos relatórios à perca ou captura de armas (tão grande como o que é dado às baixas físicas, propriamente ditas). A logística da guerrilha assenta também, em absoluto, no apoio obtido das populações: alimentos (obtidos das hortas e campos de cultivo das imediações dos povoados), outros géneros essenciais (sal, sabão, etc.), medicamentos e informações. É por isso que a população civil tem sido o alvo privilegiado dos indonésios e é essa também a razão principal da força e da persistência das Falintil. Enquanto houver um timorense vivo nas aldeias e vilas, continuará certamente a haver Resistência armada.

ORIENTAÇÕES PARA A REGIÃO CRUZEIRO

«Nota introdutória - O planeamento do Comando da Região define as linhas gerais e específicas de orientação. Cabe-nos precisar aqui algumas orientações para serem igualmente materializadas por todos e por cada grupo e elemento indigitado aos trabalhos em cada direcção concreta.

Também vale ressaltar aqui algumas medidas específicas extraídas da Acta da última reunião em Dezembro/95 para regular todo o movimento e actuação dos nossos guerrilheiros e quadros. Se o ano de 95 marcou um avanço progressivo das nossas actividades políticas trouxe também consigo fraquezas. E Cruzeiro tem a sua própria experiência e lição. Por isso mesmo, as medidas são necessárias. São as que seguem:

1. Sigilo sobre as condições políticas

a) Todos os grupos devem manter o maior sigilo sobre as condições políticas da sua direcção ou direcções, isto é, evitar fazer comentários sobre as mesmas e especificando elementos concretos; sigilo também sobre a localização exacta do grupo de guerrilha nesta ou naquela direcção concreta.

b) Todos os grupos devem lançar a propaganda contra a propaganda do IN; informação e contra-informação; mobilidade permanente, detectar a rede de espionagem IN e desbaratá-la, eliminando os espiões.

c) Para este efeito, todos devem ter em boa conta as informações prestadas pelos nossos compatriotas sobre a táctica do IN; suas propagandas e contra propagandas, etc. ... Nada de minimizá-las logo, logo! Requere-se estudo e análise antes de tudo. Para isso saber ouvir também.(...).

3. Sobre comportamentos

a) Todo o guerrilheiro ou quadro deve manifestar, na prática, o seu maior respeito ao Povo em geral:

- respeitar os seus interesses imediatos (seus bens e haveres).

- respeitar as suas opiniões cooperando com ele em tudo.

- respeitar a sua integridade física, moral e ética.

- resolver os seus problemas, unindo-nos a ele e a população entre si.

b) Todo o guerrilheiro ou quadro deve partir do princípio de: FALAR POUCO E BEM, DO QUE MUITO ARMAR BARRACAS!... Enfim, o guerrilheiro ou quadro deve dar bom exemplo no seu comportamento, linguagem e atitudes ao nosso Povo, pois é filho do Povo e agora mergulhado no Povo. DEVEMOS, pois, aprumar-nos em tudo!

Estas são as orientações e medidas que achamos oportuno lançar aqui para todos. Acreditamos com fé na vossa sincera vontade e esperança, na vossa coragem de 20 anos! (...).

Riak Leman, Secretário da Região 3

Cruzeiro, 26/Fevereiro/96»

OS OLHOS DO DEP. ESTADO

O Departamento de Estado norte-americano tornou público o seu relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Mundo em 1996

O capítulo referente à Indonésia e a Timor Leste é particularmente extenso. Extraímos alguns parágrafos elucidativos da caracterização do regime indonésio.

«Apesar de uma aparente adesão a práticas democráticas, o sistema político indonésio mantém-se fortemente autoritário. O governo é dominado por uma elite que inclui o Presidente Suharto (agora, no seu 5º mandato), os seus associados próximos e os militares. O governo impõe obediência a uma ideologia de Estado, denominada "Pancasila", a qual enfatiza os conceitos de consulta e de obtenção de consensos, mas que também é usada para limitar dissidências, para forçar à coesão política e social e para restringir o desenvolvimento de sectores da oposição. O aparelho judicial está subordinado ao governo e aos militares (...).

O governo continua a cometer sérias violações dos Direitos Humanos. A emergência de pressões para a mudança, (...), despoletaram duras reacções governamentais que provocaram abusos adicionais relativos a direitos fundamentais. As autoridades mantiveram o seu controlo férreo sobre o regime político, o qual nega aos cidadãos a capacidade de mudarem o seu governo, de forma democrática. (...). Continuaram os relatos sobre execuções extra-judiciais, incluindo as de civis não armados, desaparecimentos, torturas e maus tratos infligidos a detidos por forças de segurança. Na prática, as protecções legais contra a tortura são inadequadas e as forças de segurança continuaram a maltratar e a torturar detidos, particularmente em regiões como Irian Jaya e Timor Leste. (...).

O governo continua a impor sérias limitações à liberdade de associação e reunião. Em antecipação das eleições parlamentares de 97, o governo encetou várias acções para intimidar os opositores políticos. (...).

Em Timor Leste, que continua afectado por uma guerra de baixa intensidade e com uma população que entra frequentemente em conflito com o poder indonésio, em paralelo com o facto da população timorense não ter formas adequadas para decidir sobre os seus assuntos, houve a ocorrência de execuções, desaparecimentos, torturas e um excessivo uso da força pelos militares. Observadores bem colocados notam uma descida do número de incidentes sérios, mas o co-laureado Prémio Nobel da Paz/96, Bispo Ximenes Belo, afirmou que era um erro concluir que a situação dos Direitos Humanos em Timor Leste está a melhorar. (...).

Não houve novos esforços, por parte do governo [indonésio] *para contabilizar os civis desaparecidos e os mortos, no tiroteio militar de 12 de Novembro de 1991, em Timor Leste. Das pessoas que permanecem desaparecidos, de acordo com uma lista que os militares indonésios cederam ao* Human Rights Watch/Asia, *não houve o esclarecimento de casos adicionais durante este ano. Vários observadores continuam a acreditar que a maior parte dos desaparecidos estão mortos e que as forças armadas sabem onde é que os corpos se encontram. (...).*

O governo [indonésio] *continua a manter uma presença militar excessiva em Timor Leste. Aproveitando-se do elevado nível de desemprego entre os jovens, a ABRI* [Forças Armadas indonésias] *recrutou timorenses para constituir uma força a ela subordinada. Algumas fontes de informação timorenses acusaram também esta força de violações de Direitos Humanos. O governo, à semelhança da prática generalizada por todo o país, confiou em bandos de jovens organizados e instrumentalizados pelo governo, para intimidar e perturbar os seus opositores em Timor Leste. (...).»*:

"LIBERTEM OS PRISIONEIROS"

Uma plataforma de três organizações - a Associação de ex-Presos Políticos Timorenses, a CDPM e a A Paz é Possível em Timor Leste - lançou publicamente, através de uma conferência de imprensa realizada no Espaço Por Timor em Lisboa, no passado dia 2 de Abril, uma campanha de abaixo-assinados, de carácter nacional, sob o lema "Libertem os Prisioneiros".

Esta campanha, que conta com o patrocínio de várias figuras públicas ligadas aos meios académicos, sindicais, representantes de vários credos religiosos, intelectuais e artistas, tem como destinatário o Secretário Geral da ONU, a quem se pretende enviar uma carta com, espera-se, alguns milhares de assinaturas. Do documento a enviar ao Secretário Geral retirou-se o seguinte excerto, o qual contem o foco político desta campanha:

«Partilhamos inteiramente a opinião de Mons. Carlos Ximenes Belo e do Dr. José Ramos-Horta, no respeitante à procura de uma solução pacífica e negociada [para a questão de Timor], *que tenha em conta o interesse das partes (em primeiro lugar, dos próprios timorenses) e que assegure aos mesmos o exercício do direito à auto-determinação, consagrado nos textos das Nações Unidas. Nesse sentido,* "como primeiro passo, deve ser dada atenção urgente à libertação dos presos políticos timorenses (...). Tal passo ajudaria a criar uma importante abertura no caminho para a paz" *(excerto da intervenção de Mons. Belo, na cerimónia de entrega do Prémio Nobel, em 10 de Dezembro de 1996).*

Os abaixo-assinados, solidários com Timor Leste, consideram absolutamente indispensável que se avance rapidamente nessa direcção. O início da libertação no decurso dos próximos meses dos prisioneiros timorenses - nomeadamente do seu líder máximo Xanana Gusmão, figura indispensável no processo de paz - com garantia da posterior segurança física dos mesmos, é uma prioridade. Tal decisão seria um inequívoco sinal de seriedade face ao processo negocial, por parte da Indonésia. Contamos com o seu empenhamento enérgico, Sr. Secretário Geral, e da instituição que dirige, nessa questão tão importante quanto urgente.»

Prevê-se que a recolha de assinaturas termine na primeira semana de Maio, após a qual se procederá ao referido envio. Qualquer contacto/esclarecimento referente a esta campanha pode ser efectuado através do número de telefone (01) 352 8718 e de fax (01) 353 4009.

AÇORES: ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Foi formalizada no passado dia 24 de Fevereiro, em Ponta Delgada,

a Associação de Amizade Açores/Timor. A promoção do relacionamento entre açorianos e timorenses é um dos seus objectivos, para a qual a Associação espera poder contar com os membros da comunidade timorense no continente.

A nova associação projecta abrir delegações junto da comunidade de emigrantes açorianos nos Estados Unidos, através das quais quer apelar para o envolvimento de senadores e congressistas, de ascendência portuguesa, na sensibilização da Administração norte-americana para a autodeterminação do povo timorense. A associação vai, igualmente, solicitar o apoio do bispo dos Açores para um convite a dirigir a D. Ximenes Belo, para que visite a ilha de S. Miguel, em Maio, durante as festas do Santo Cristo.

INDONÉSIA: VOZES DE DIÁLOGO

"A perspectiva indonésia de segurança em Timor Leste, falhou na redução da

tensão naquele território", afirmou o cardeal indonésio Justinus Darmaatmaja. As acções de Jacarta em Timor Leste, segundo o referido cardeal, têm feito pouco para responder aos problemas do território, tendo apelado ao diálogo para acabar com o impasse reinante. (*AFP*, 1/2/97).

"*É claro que muitos* [timorenses] *não querem fazer parte da Indonésia (...). Se não houver uma mudança receio que a jovem geração timorense (...) vai herdar o ódio*". Darmaatmaja, no decorrer da conferência de imprensa onde prestou estas declarações, apelou à inclusão de todos os timorenses no processo de procura de uma solução para o território.

"*Vou ouvir quais são as suas queixas e lamentos. Um diálogo aberto é essencial*", acrescentou. Esta postura provocou reacções de desagrado por parte do governo indonésio, que desaconselhou o cardeal a emitir opiniões ou a envolver-se em política.

REINO UNIDO: GOVERNO EM TRIBUNAL

O governo inglês recusou-se a cancelar as licenças de exportação

de armamento para a Indonésia, no passado dia 7 de Março, levando a que 3 ONG (*TAPOL - The Indonesian Human Rights Campaign, CAAT - Campaign Against Arms Trade* e *WDM - World Development Movement*) tenham posto o governo em tribunal.

Estas ONG tinham estabelecido o prazo anteriormente referido como limite para uma tomada de posição do governo no sentido de cancelar as licenças emitidas em Dezembro de 1996, as quais incluiam a exportação de 50 tanques *Scorpion*, 7 canhões de água *TACTICA* e 300 outros veículos militares. Como base legal da acção, as 3 ONG sustentam que o governo está a infringir a sua própria política de exportação de armamento, a qual clama que tem em conta a situação dos Direitos Humanos nos países receptores. Foram, no entanto, obtidas fotografias evidenciando o uso de equipamento militar britânico contra civis indonésios, em acções repressivas, algumas das quais no final de Fevereiro passado, em Jacarta.

No passado dia 7 de Março, uma carta do Departamento de Comércio e Indústria do governo inglês, foi enviada às referidas ONG, na qual se afirma que, embora o Presidente do Conselho de Comércio e Indústria vá continuar a acompanhar os acontecimentos na Indonésia, não tem a intenção de, no presente, revogar as licenças.

Carmel Budiardjo, em nome das 3 organizações, afirmou na sequência que "*vamos agora ter de recorrer ao Supremo Tribunal, de forma a parar a exportação de armas que contribuem para a repressão de indonésios que reivindicam direitos democráticos*".

AYALA LASSO: CONTROVÉRSIA FINAL

O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos,

Jose Ayala Lasso, terminou no passado dia 15 de Março o seu mandato de 3 anos num ambiente de polémica à volta da possibilidade da abertura de uma delegação das Nações Unidas em Jacarta, com o objectivo de acompanhar a situação dos Direitos Humanos na Indonésia e em Timor Leste.

Segundo a *Lusa* Lasso teria "*recebido, dias antes, uma nova proposta das autoridades indonésias, depois de Jacarta não ter confirmado o compromisso de Dezembro de 1995, durante a visita do Alto Comissário àquele país, que enquadrava a abertura de uma delegação da ONU*" (*Lusa*, 6/3/97). Mas o director dos Assuntos Multilaterais do MNE indonésio, Hassan Wirayiuda, negou, em declarações à imprensa, a ideia de abertura de uma delegação em Jacarta: "*Não existem condições para o comissário colocar um representante em Jacarta, de forma a acompanhar a situação de Direitos Humanos em Timor Leste*" (*AFP*, 6/3/97). Por sua vez o Ministro de Estado Murdiono disse que o governo não iria permitir a abertura do gabinete da ONU pois "*isso seria a violação da soberania da Indonésia*" (*Republika*, 10/3/97).

O porta-voz do MNE, Ghaffan Fadyl, afirmou, por seu lado, que o assunto está em negociação, acrescentando que "*o desacordo centra-se sobre o papel que o gabinete das NU vai ter na Indonésia*". A Indonésia pretende que o dito gabinete se limite a acções pedagógicas em vez do "*acompanhamento da situação dos Direitos Humanos*" (*VOA*, 10/3/97).

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE, 1050 Lisboa, Tel.: 352 87 18, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317